

ENTRAVES E AVANÇOS NA IMPLANTAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EM PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM JÚLIO DE CASTILHOS, RS.¹

Rosângela Oliveira Soares Lanes².

¹ Extrato da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento, na área de concentração Gestão Empresarial, da UNIJUI.

² Mestre em Desenvolvimento pela Unijuí. Docente do eixo Gestão e Negócios do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Júlio de Castilhos, RS. pro_rosangela@hotmail.com

Introdução

Nos últimos anos, o município de Júlio de Castilhos apresentou significativas transformações na ocupação do espaço rural, que dantes era subutilizado com pecuária extensiva. Houve ocupações por arrendamento, pela compra de pequenas propriedades e pela desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) das terras ociosas que não exerciam função social, dando origem a assentamentos rurais. Toda esta ocupação diversificada da terra possibilitou a expansão e diversificação da agricultura familiar no município e, por consequência, a diversificação da produção agrícola (MOREIRA e DAVID, 2009, p. 128).

Assim a transformação da matéria-prima nas propriedades rurais deu origem a algumas agroindústrias em Júlio de Castilhos. No município, existem agroindústrias de melado, queijo, embutidos, mandioca, moinho, iogurte, entre outras. Porém, grande parte destes empreendimentos opera na informalidade, ou seja, não estão legalmente registrados. Algumas não possuem Alvará Sanitário, a outras, falta o registro de inspeção sanitária, licenciamento, responsável técnico, ocasionando, assim, pouco ou nenhum controle da qualidade do produto que sai da propriedade.

O incentivo à criação de agroindústrias através de políticas públicas por parte dos governos municipais, estaduais e federal, visando o desenvolvimento regional, aparentemente, possibilita que estas sejam criadas e mantidas por produtores rurais juntamente com suas famílias, buscando assim a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Em função desse incentivo inicial, surge a necessidade de um estudo mais específico junto aos agricultores familiares, que procuram comercializar seus produtos no meio urbano. Para habilitar-se a tanto, é necessário que observem as diretrizes constantes no Manual de Boas Práticas de Fabricação. Porém, isto nem sempre ocorre e as razões dessa dificuldade de adequação a essa normativa legal nem sempre são claras.

Agricultura Familiar

A agricultura familiar deve ser entendida como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva suas características típicas, neste caso, dos agricultores de Júlio de Castilhos. A agricultura

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

familiar de hoje é extremamente dinâmica do ponto de vista econômico e social o que envolve uma diversidade muito grande de sistemas produtivos e de vínculos intersetoriais (Gazolla, 2004, p. 25). Entretanto, mesmo com alguns esforços anteriores, pode-se considerar que foi o Censo Agropecuário de 2006 que permitiu caracterizar um pouco melhor a agricultura familiar, em diferentes âmbitos geográficos.

Um aspecto importante a destacar é que 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de agricultores familiares. No Estado, essa participação é ainda mais significativa (86%). Nos dois casos, nota-se o histórico processo de concentração fundiária que se deu no país: a elevada participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos contrasta com sua baixa participação na posse da terra.

O número de agricultores familiares no Estado é de 86% já em Júlio de Castilhos é de 65% o que representa uma diferença de quase 20% a mais em estabelecimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Também observa-se que a área ocupada pelos agricultores familiares no município é superior a área ocupada no estado numa média de 33% a mais (a cada 10.000m² de terra ocupada por agricultores familiares no RGS, em Júlio de Castilhos o percentual sobre para 15.000m²). Nesse pressuposto, pode-se concluir que em Júlio de Castilhos a terra é mais produtiva, possibilitando assim maior desenvolvimento, especialmente através da agricultura familiar de pequeno porte.

Boas Práticas de Fabricação

As BPF abrangem um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos a fim de garantir a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos regulados pela legislação sanitária federal (ANVISA, 2011).

Batalha (2008, p. 545) refere que os elementos observados em um programa de BPF são: pessoal; edifícios e instalações; produção; equipamentos e utensílios; limpeza e sanitização; codificação; armazenagem e distribuição e controle de pragas.

Na realidade das agroindústrias de Júlio de Castilhos, inicialmente foi aplicado o check list nas UPFs para avaliar as conformidades ou não do estabelecimento. Faz-se um relatório, contendo um parecer das condições encontradas. O programa de Boas Práticas é específico para cada UPF, de acordo com as características individuais e deverá permanecer à disposição no local quando da inspeção dos órgãos competentes e necessidade de consulta por parte de todos da equipe.

Resolução de Diretoria Colegiada nº 275

A verificação das Boas Práticas de Fabricação se dá através da aplicação RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002, autorizada pela ANVISA, a qual analisa os estabelecimentos industriais que são abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de BPF para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

A lista de verificação (check list) apresenta todos os pontos a serem observados para saber se o estabelecimento está em conformidade com as BPF, sendo utilizada nas inspeções sanitárias para: comunicação do início de fabricação de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, inspeção programada, programas específicos de vigilância sanitária, reinspeção, renovação de licença

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

sanitária, renovação de registro, solicitação de licença sanitária, solicitação de registro, verificação ou apuração de denúncia, além de outros motivos.

2 Metodologia

Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2010), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Quanto aos meios, a pesquisa foi de campo, documental, bibliográfica e estudo de casos.

Na figura 1, estão sintetizados ilustrativamente os principais elementos que nortearam a estruturação desta pesquisa.

Figura 1 - Elementos centrais da Metodologia da pesquisa

Após reconhecimento preliminar sobre a situação das agroindústrias do município, convencionou-se definir para pesquisa as agroindústrias que estão cadastradas no Programa da Agroindústria Familiar do Estado. Porém, até o início da pesquisa, constavam apenas cinco agroindústrias incluídas no programa. Assim, também foram escolhidas, para realização desta pesquisa, mais cinco agroindústrias familiares que vendem seus produtos na feira municipal e que não estão cadastradas no referido programa.

Na fase exploratória da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre aspectos técnicos, teóricos e legais da produção agroindustrial, dentre estes: sistema agroindustrial, qualidade alimentar, boas práticas de fabricação e implicações das agroindústrias sobre o desenvolvimento local.

O diagnóstico das agroindústrias foi realizado por meio de observação e entrevista com os proprietários das dez agroindústrias selecionadas. Depois foi aplicado o check list de verificação, o qual está baseado na legislação de BPF (BRASIL, 2002a), para verificar todos os aspectos necessários à manutenção da qualidade e segurança do produto.

A pesquisa ou entrevista realizada com base num roteiro prévio, utilizado para atender ao objetivo desse estudo, que busca captar a percepção dos empreendedores rurais sobre os motivos e razões que os levam a rejeitar a adoção do Programa de BPF em suas propriedades, ocorreu no período de outubro a dezembro de 2013.

A análise foi desenvolvida essencialmente com base nas observações e informações reunidas no trabalho a campo. Nesta etapa, foram aproximadamente quarenta dias distribuídos entre outubro de 2013 e janeiro 2014, em que a pesquisadora entrevistava agricultores familiares e os observava. Quando necessário, retornava até a agroindústria para esclarecimento de dúvidas pendentes.

3 Agroindústrias em Júlio de Castilhos: Análises e Discussões

Estudar a realidade das agroindústrias de Júlio de Castilhos foi um tanto interessante desde a trajetória de visitar as unidades familiares até vencer os desafios do registro das informações coletadas. No município 65% dos estabelecimentos agropecuários são constituídos por agricultura familiar (IBGE, 2006).

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Os principais produtos fabricados pelas agroindústrias pesquisadas pertencem ao ramo de panificação, tais como pães,ucas, bolachas. Também se destacam na produção de doces, chimias e geleias. A mandioca é vendida descascada e embalada assim como o feijão, que é ofertado para os clientes, está escolhido e embalado.

Estes agricultores familiares castilhenses manipulam seus produtos e levam para comercializar na cidade, expondo seus produtos na Feira do Produtor.

No contexto dos estabelecimentos visitados, pode-se perceber que, na grande maioria, somente o casal reside no estabelecimento. Destes, no geral, quem executa o trabalho de manipulação dos alimentos é a mulher, na maioria das vezes, sozinha. No entanto o marido participa do plantio e colheita dos produtos que serão utilizados para a manipulação na agroindústria.

Na cidade, existem duas Feiras de Produtores. A primeira feira existe há mais de duas décadas. Localizada na Rua Coberta da cidade. Atualmente existem oito famílias que ofertam seus produtos todas as sextas do mês na rua coberta. A outra Feira do Produtor, inaugurada dia 26 de outubro de 2013. Localizada na Praça Manuel Alvarenga. A feira é realizada todos os sábados. Reunindo dezoito famílias, das quais, dezesseis famílias residem em assentamentos da reforma agrária: Alvorada, Santa Júlia e Fazenda do Sobrado. Comercializam pães,ucas, doces, compotas, frutas, verduras, peixes e derivados, ovos, farinha de milho, canjica, entre outros produtos. Os feirantes fazem um rodízio de participação na feira, ou seja, num sábado, participam algumas, no outro sábado outras famílias. A infraestrutura desta feira conta com um Kit Feira originário de um repasse do projeto Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária – desenvolvido pelo Incra/RS.

A agroindustrialização em Júlio de Castilhos, especialmente no foco desse trabalho, pequenas agroindústrias familiares, é bastante incipiente. Oficialmente, existe apenas uma agroindústria cadastrada e habilitada a vender sua produção fora do município e apta a participar do programa de merenda escolar. As demais estão cadastradas no Programa Gaúcho de Agroindústria Familiar, porém, ainda existem entraves técnicos, estruturais, burocráticos e a não realização do curso de BPF para estarem aptas a receber o selo ‘Sabor Gaúcho’.

As entrevistas com os agricultores familiares do município mostraram que o convívio com o plantio da propriedade ou da horta retoma os tempos em que moravam na propriedade de seus pais. Dessa forma, a reprodução familiar baseada na agricultura familiar foi, pouco a pouco, formando um estilo de vida ao longo das gerações. A escolha em continuar com o cultivo da terra é tratada, na maioria das vezes, como algo herdado e natural.

Considerando tais aspectos históricos e culturais, a figura 2 apresenta localização dos dez empreendimentos selecionados nesta análise.

Figura 2 - Localização das agroindústrias entrevistadas em Júlio de Castilhos em 2013.

As agroindústrias visitas estão situadas em diferentes pontos do município, o que corrobora a ideia de desenvolvimento, uma vez que essas unidades familiares desejem aperfeiçoar sua produção, adotando boas práticas de fabricação, maior cuidado com as edificações e instalações e com os equipamentos, móveis e utensílios para que tenham um melhor controle com os manipuladores dos alimentos no que refere a vestuário, hábitos higiênicos, utilização de equipamento de proteção

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

individual (EPI), maior controle no fluxo da produção, na qualidade do produto final e no transporte do produto final, ou seja, no momento em que o agricultor decidir aplicar o manual de BPF e os POP's poderá fabricar um produto de melhor qualidade e, assim, terá mais possibilidade de melhorar o seu estabelecimento e seu entorno.

Conhecimento sobre BPF

Quando questionados se tinham algum entendimento sobre boas práticas ou da necessidade da aplicação da mesma na agroindústria, foi respondido “fazer as coisa bem organizadas, bem feitas, dentro das normas que é pra ser. Ter higiene em primeiro lugar. Por exemplo: se é um produto de comer, o alimento deve ser bem embalado, bem protegido é uma boa maneira de conservar os produtos, se é da parte de alimentação. Se é da parte, por exemplo, da adubação, na maneira de produzir, que não tenha agrotóxico, não seja uma coisa que prejudique a saúde por porque tudo deve se assim, dentro do que é o bem estar da pessoa”.

Percebe-se que, através dos depoimentos, bem como através da visita que se fez in loco, sobre o conhecimento das BPF, as pessoas que transformam os alimentos nas agroindústrias, apresentam algum conhecimento sobre como manipular os produtos. Cultivam aquele conhecimento empírico, de geração após geração.

As agroindústrias entrevistadas, algumas, relataram interesse em fazer adequações no espaço destinado para produção especialmente na aquisição de maquinários industriais para contribuir na produção, porém, incorrem nos empecilhos para realizar as adequações.

Ao indagar os agricultores sobre o conhecimento dos mesmos sobre a existência de linhas de crédito disponíveis, seja do governo estadual ou federal para incentivar os pequenos produtores ao cultivo e transformação de suas plantações, as respostas apontam que quase totalidade dos entrevistados tem conhecimento das linhas de créditos disponíveis.

No entanto, grande maioria dos entrevistados relata optar por não pedir empréstimos em bancos. Referem que vão construindo conforme podem, ou seja, de acordo com o rendimento das vendas.

4 Considerações

As diversas entrevistas realizadas, em Júlio de Castilhos, com unidades familiares, representantes da Emater, Vigilância Sanitária e Poder Público apontam para um dos maiores entraves para o desenvolvimento do município que é a questão cultural, pois as pessoas “sempre fizeram assim” e não percebem que a mudança acarretaria alguma melhora em suas vidas.

Os resultados mostram que, no município, ainda não existe nenhuma agroindústria familiar devidamente regularizada e apta a receber o Selo Sabor Gaúcho. Os gestores das unidades familiares ainda precisam buscar e receber maiores informações sobre boas práticas de fabricação, para adequar seus estabelecimentos às condições sanitárias e ambientais, estabelecidas na normativa RDC 275/2002. O município de Júlio de Castilhos apresenta um potencial endógeno de produção, especialmente no mercado agroindustrial, a começar pela agricultura familiar, para a dinamização do setor. Essa é uma evidência de oportunidade que merece ser mais bem explorada.

O grande entrave à formalização de muitas agroindústrias, conforme as respostas dos agricultores, envolve desde os altos custos de produção, a carga tributária elevada, a complicação de normatizações existentes nas instituições e seus diferentes níveis, a não existência de regras de produção de alimentos diferenciadas entre o ‘mundo’ industrial e artesanal, a deficiência de técnicos

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

com conhecimentos específicos da área de alimentos e nos processos de formalização das agroindústrias.

Alguns se recusam a realizar melhorias em sua rotina, pelo fato de que a mudança gera mais trabalho, mais horas de exposição ao sol ou à chuva. Outros referem não possuir recursos financeiros para investir. Nesse caso, ocorrem duas situações: uma, não conseguem recursos para ampliar ou dar continuidade no negócio, pois inexistente planejamento e projeto ou já possuem outro financiamento junto às agências bancárias; a outra situação, em que os agricultores familiares não conseguem financiamento, se deve à falta de documentação, visto muitas famílias residirem nos assentamentos do município e ainda não estarem devidamente regularizados, com cedência de terra própria ou arrendadas.

Para a maioria dos agricultores entrevistados, a agroindústria é apenas uma das atividades e fonte de renda da família, pois eles têm suas propriedades rurais diversificadas com outras atividades agropecuárias, recursos advindos de transferências sociais, prestação de serviços, em alguma medida, rendas não agrícolas, entre outras fontes de rendas e atividades. Nesse caso, a formalização da agroindústria não é uma tática interessante para as famílias, pois elas não almejam que a agroindústria seja sua atividade principal, mas sim, mais uma entre as demais existentes na propriedade rural. Esse fato se dá pelo desconhecimento do agricultor em desenvolver um planejamento financeiro do estabelecimento, buscando destacar quais os pontos fortes e fracos da propriedade, em que realmente vale a pena investir, que terá maior retorno financeiro. A maioria dos agricultores entrevistados não sabe fazer controle de receitas e despesas para a produção e transformação do produto. Logo, desconhece as reais potencialidades da propriedade.

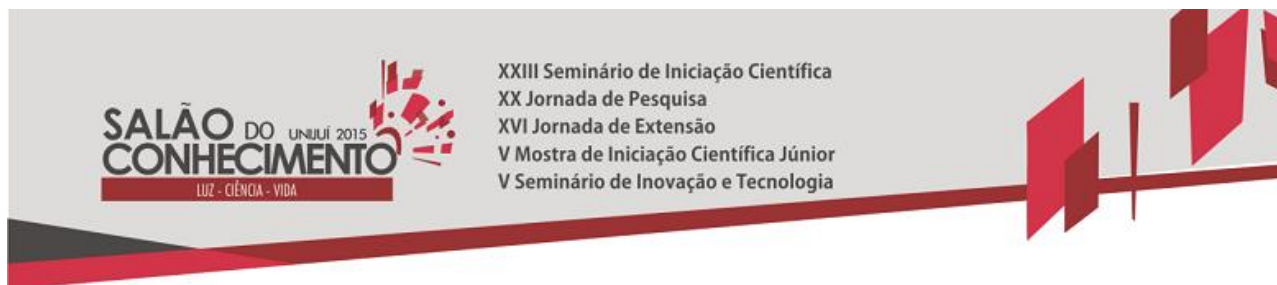
Os motivos e razões que os levam a rejeitar a adoção do programa de BPF em suas propriedades são a falta de recursos para construção de instalações e equipamentos de custos elevados; a concorrência das redes; o aprendizado de novas práticas de transformação do alimento para agregação de valor e a mesma legislação para as grandes indústrias; a não consideração do conhecimento do agricultor no processo de controle de qualidade.

Devido ao fato de que, na maioria dos casos, o agricultor familiar é o mesmo executor das atividades na propriedade rural, este dedica mais tempo (escasso muitas vezes) ao que é mais urgente. A gestão da propriedade e consequente agroindústria, nunca é reconhecida como urgente. Situação que se aponta um dos gargalos pelos quais o agricultor familiar não se adequa às boas práticas de fabricação, ou seja, o agricultor não tem tempo nem mão de obra disponível para realizar a burocracia demandada em uma organização.

No ambiente organizacional, pode ser fomentado o desenvolvimento, através da parceria com instituições de pesquisa (IF Farroupilha) e outras públicas (Emater-Ascar), outras privadas (Sindicatos) que trabalhem na produção do agronegócio de forma isolada.

Em vários casos, durante a pesquisa de campo, os agricultores responderam que não formalizam sua agroindústria porque já estão idosos, não têm recursos financeiros e alguns afirmaram que já trabalham de modo informal há muitos anos.

Foi dado um passo importante quando da inclusão do conhecimento, dos agricultores familiares, sobre boas práticas de fabricação, porque dele se refletem algumas necessidades para a produção. Dessa maneira, o produtor poderá se conscientizar da sua importância como agente de



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

transformação e conservação das reservas naturais existentes no seu entorno e se realiza no seu propósito, ao mesmo tempo em que beneficia a comunidade.

Palavras chave: Agroindústrias familiares; Boas práticas de fabricação; Entraves e avanços no desenvolvimento de Júlio de Castilhos.

Referências

BATALHA, M. O. (Org.) et al. Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3ª ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm>> acesso em 22.jul.2011.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 30/12/2012.

BRASIL.: Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de BPF para estabelecimentos elaboradores/ Industrializadores de Alimentos. Ministério da agricultura e Abastecimento. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997.

EMATER-ASCAR. Relatório Anual - Atividades municipal Escritório Emater de Júlio de Castilhos, Dez. 2012.

GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS. UFRGS. Porto Alegre. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. 2004 (Dissertação de Mestrado).

IBGE. Censo agropecuário de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13.jan.2014.

MOREIRA, V; DE DAVID, C. Territórios rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar. Geo UERJ - Ano 11, v.3, n.20, 2º sem. 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2010.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

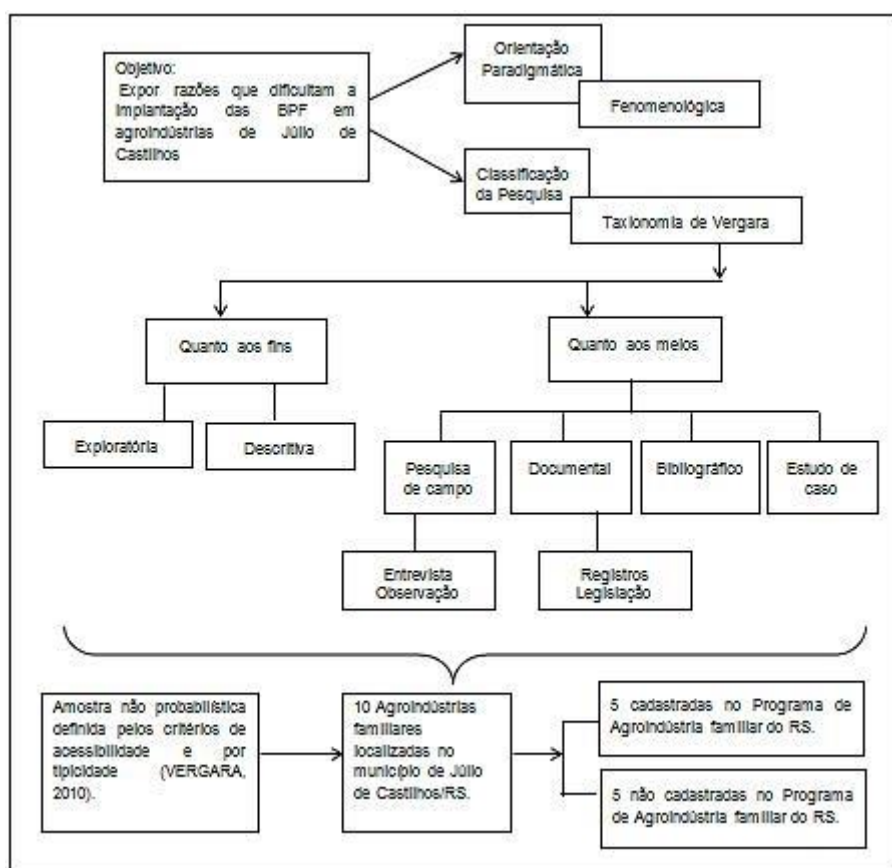


Figura 1 - Elementos centrais da Metodologia da pesquisa. Fonte: Elaborada pela autora (2013).

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

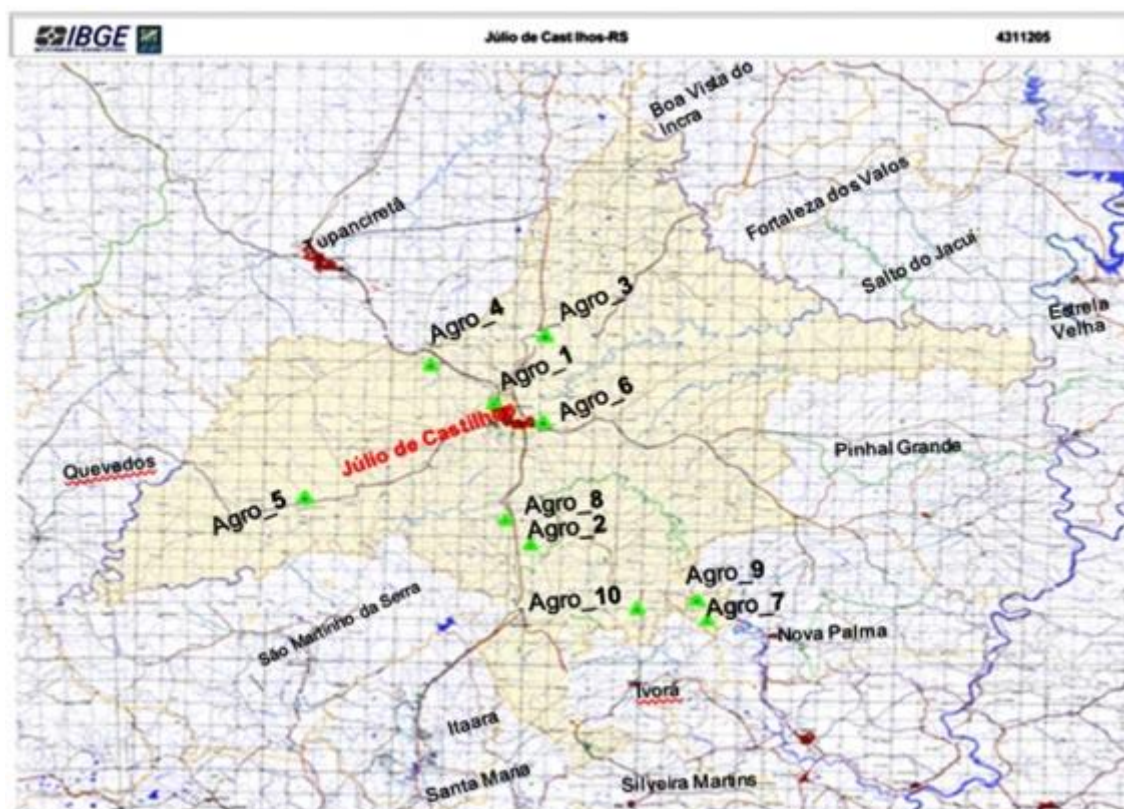


Figura 2 - Localização das agroindústrias entrevistadas em Júlio de Castilhos em 2013. Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do IBGE, 2014.